



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Companhia Aberta – Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/001-40 – NIRE 43300031161

Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)

Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

Manual para Participação de Acionistas

Proposta da Administração

Assembleia Geral

Ordinária

Realização:

11 de abril de 2014 às 14 horas

S u m á r i o

- 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores**
 - 2. Proposta da Administração**
 - 3. Informações Gerais sobre Assembleia Geral**
 - 3.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO**
 - 4. Orientações para Participação nas Assembleias Gerais**
 - 4.1 – Acionistas**
 - 4.2 – Procuradores**
 - 5. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação**
 - 6. Informações Complementares sobre as Matérias a serem Apreciadas na Assembleia Geral Ordinária, de 11 de abril de 2014, 14h00min**
 - 6.1 – Assembleia Geral Ordinária – AGO**
- Anexo I - Relatório Anual dos Administradores com Declaração da Diretoria Relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria**
- Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes - Michelin & Puerari Auditores e Consultores SS**
- Anexo III - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**
- Anexo IV - Parecer do Conselho Fiscal**
- Anexo V - Destinação do Lucro Líquido**
- Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia**
- Anexo VII- Currículos dos Candidatos Indicados para Administradores e as Informações Indicadas nos Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência**
- Anexo VIII - Informações sobre a Remuneração dos Administradores**

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores

Lajeado (RS), 28 de fevereiro de 2014.

Prezados Acionistas da Minupar Participações S/A.

É com satisfação que apresentamos o “Manual para Participação de Acionistas” em Assembleias Gerais da Companhia, contendo todas as informações a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2014 às 14h00min, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto.

Aproveitamos o ensejo para convidá-los para participarem da referida Assembleia Geral, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS).

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS); jornal O Informativo do Vale (Lajeado-RS) e jornal Valor Econômico (São Paulo-SP), edição nacional e estão disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

O Manual em referência apresenta, de forma clara e objetiva, informações adicionais à Assembleia Geral, possibilitando aos Senhores participarem de questões relevantes para a Companhia, a qual vem atuando de modo a aprimorar suas práticas de Governança Corporativa.

Desde já colocamo-nos à disposição para informações adicionais a respeito do assunto em foco.

Cordialmente.

Ernani Catalani Filho
Presidente do Conselho de Administração

Ângela de Souza
Diretor de Relações com Investidores

2. Proposta da Administração

O Conselho de Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes proposta, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2014:

1- Aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório da Auditoria Externa, e demais atos e documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2013, enviados à CVM e BM&FBOVESPA no dia 27 de fevereiro de 2014. (ANEXO I a IV)

2 - Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração - Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros, podendo ser reeleitos. (ANEXO VII)

3 - Fixar a Remuneração Global dos Administradores - Fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2014, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), cabendo ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores. (ANEXO VIII)

4 – Não haverá deliberação sobre destinação do Lucro Líquido e distribuição de dividendos em virtude da Companhia ter registrado prejuízo, conforme disposto no Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481.

É o que o Conselho de Administração tem a propor e espera seja analisado e aprovado pelos Senhores acionistas.

Lajeado, 28 de fevereiro de 2014.

Conselho de Administração

3. Informações Gerais Sobre Assembleia Geral Ordinária

As matérias relativas às Assembleias Gerais estão regulamentadas nos Arts. 121 a 137 da Lei 6404/76 e nos Arts. 15 a 17 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das Assembleias Gerais é realizada mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora de realização, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. A primeira convocação é realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e a segunda convocação com 8 (oito) dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Social com direito a voto e em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

As Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por acionista indicado pelos presentes ou, na falta do Presidente do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os acionistas presentes.

3.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

De acordo com a legislação vigente, as Sociedades por Ações devem realizar a Assembleia Geral Ordinária no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, conforme determinado pela legislação vigente, serão disponibilizados aos acionistas: (i) Relatório Anual dos Administradores; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (iv) Parecer dos Auditores Independentes; (v) Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado e (vi) Comunicação de que os documentos da administração estão disponíveis, nos termos do disposto no art. 133 da Lei 6404/76.

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizada aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6404/76 e da Instrução CVM 481/2009.

c) Eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Poderão ser eleitas para os órgãos de administração, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

Observadas as condições previstas nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei 6404/76, é facultado aos acionistas

minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

A legislação dispõe que as sociedades por ações terão um Conselho Fiscal e o Estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6404/76 e Estatuto Social, a instalação do Conselho Fiscal pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. No entanto a CVM, através da Instrução CVM 324, de 19/12/2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia o Conselho Fiscal poderá ser instalado, por solicitação de acionistas que representarem, no mínimo, 4% (quatro por cento) das ações ordinárias, com direito a voto.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador em empresa ou Conselho Fiscal.

Conforme previsto no art. 18, § 1º do Estatuto Social, cabe ainda à Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A verba sendo votada de forma global caberá ao Conselho de Administração a sua individualização.

4. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária

4.1 Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral, comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto a respeito das matérias a serem votadas.

Para participar e votar na referida Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte:

(i) Apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante.

(ii) Os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as Assembleias Gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, nacionalidade, residência, e a quantidade de ações de que forem titulares.

4.2 Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das Assembleias Gerais.

Conforme faculta o Art. 17 do Estatuto Social, visando dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembleias Gerais, a comprovação de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério da administração, ser solicitados para que sejam depositados com antecedência de, pelo menos, 48 horas antes da previsão de realização das Assembleias Gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço dri@minupar.com.br ou, alternativamente pelo fax (51) 3714.9431.

O endereço da sede da Companhia para o envio dos documentos é:
Minupar Participações S/A. – Relações com Investidores
Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro: São Cristóvão
CEP 95900-000 – LAJEADO (RS)

5. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação

O Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária, de que trata os Arts. 124 e 133 da Lei 6404/76, respectivamente, a ser realizada no dia 11 de abril de 2014 será publicado nas edições de 05, 06 e 07 de março de 2014, nos jornais “O Informativo do Vale”, (Lajeado-RS), “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio” (Porto Alegre-RS) “Valor Econômico” (São Paulo-SP), edição Nacional.

A V I S O

Comunicamos aos acionistas que se encontram à sua disposição, em nossa sede social, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convidamos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral, no dia 11 de abril de 2014, às 14h00min, na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), a fim de: **(a)** Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2013; **(b)** Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração e **(c)** Fixar a remuneração global dos administradores.

Instruções Gerais:

- (i)** A Companhia informa que não haverá distribuição de dividendos em virtude dos prejuízos apresentados.
- (ii)** Para participar e votar na Assembleia os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar as disposições previstas no Art. 126 da Lei 6404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Conforme faculta o disposto no art. 17 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar a procuração na sede da Companhia, com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia.
- (iii)** É facultado aos acionistas detentores de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, conforme disposto no Art. 141 da Lei 6404/76 e na Instrução Normativa CVM nº 165/91 alterada pela nº 282/98. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral.
- (iv)** Informações complementares sobre as matérias a serem tratadas em Assembleia, encontram-se disponíveis no site da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&F Bovespa, www.bmfbovespa.com.br.

Lajeado (RS), 28 de fevereiro de 2014.

ERNANI CATALANI FILHO - Presidente do Conselho de Administração

6. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2014.

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.minupar.com.br; da CVM, www.cvm.gov.br e BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

6.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO

(a) Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2013.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Michelon & Puerari Auditores e Consultores SS, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, que as consideraram em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas no dia 27 de fevereiro de 2014 e serão publicados nos jornais “Informativo do Vale” (Lajeado-RS); Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio (Porto Alegre-RS) até 05 (cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral, segundo determina a Lei 6404/76.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia está disponibilizando os comentários dos administradores, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

(b) Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros. O mandato dos conselheiros é de 1 (um) ano, podendo serem reeleitos.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98 estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

(c) Fixar a Remuneração Global dos Administradores.

De acordo com a determinação da Lei 6404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2014, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais). Cabe ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores.

Anexo I – Relatório Anual dos Administradores – 2013, com Declaração da Diretoria relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas e Relatório da Auditoria.

Anexo II – Parecer dos Auditores Independentes – Michelon & Puerari Auditores e Consultores SS

Anexo III – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

Anexo V – Destinação do Lucro Líquido

Anexo VI – Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia



MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DE AÇIONISTAS

Assembleia Geral Ordinária – 11/04/2014 – 14h

Anexo VII – Currículo dos Candidatos a membros do Conselho de Administração e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

Anexo VIII – Informações sobre a Remuneração dos Administradores

Anexo I - Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2013. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

O faturamento líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 225,1 milhões. Comparado ao ano de 2012, apresentou uma redução de R\$ 75,5 milhões. Essa redução está relacionada principalmente ao encerramento, pela Companhia Minuano, das operações de abate e comercialização de carne de aves junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012.

No âmbito estratégico, a Companhia realizou uma reestruturação na condução da gestão integrada do negócio no ano de 2013. Foram contratados novos executivos para atuação nas operações da Controlada indireta, e um novo Conselho de Administração assumiu a gestão dos negócios com foco na geração de resultados e principalmente na busca de soluções dos passivos tributários, e sua adequação à capacidade de caixa da Companhia Minuano.

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As informações monetárias são apresentadas em R\$/mil (milhares de reais).

As informações a seguir foram embasadas: (1) nas Demonstrações Contábeis auditadas e respectivas Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e (2) em resultados, informações e relatórios internos da Companhia e de suas controladas.

Desempenho Operacional Consolidado

Controlada Companhia Minuano de Alimentos.

	Mercado Interno		Mercado Externo		Total	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produção						
Aves abatidas (cabeças-mil)	57.987	78.867	-	-	57.987	78.867
Industrializados de Carnes (ton)	5.305	6.736	8.661	9.444	13.966	16.180
Carne de Aves (ton)	1.691	9.993	20.836	35.765	22.527	45.757
CMS e Farinhas (ton)	2.068	1.963	3.224	2.589	5.292	4.551
Produção Rações (ton)	249.089	268.465	-	-	249.089	268.465
Produção Pintos (un-mil)	56.327	57.486	-	-	56.327	57.486
Receita Bruta – R\$ mil						
Industrializados de Carnes	20.009	19.646	30.467	28.747	50.476	48.393
Abate/Industrialização Aves	110.101	150.474	77.032	124.512	187.133	274.986
CMS e Farinhas	2.929	2.190	2.885	1.917	5.814	4.108
Outros Faturamentos	3.012	5.260	-	-	3.012	5.260
Total Receita Bruta – R\$ mil	136.051	177.570	110.384	155.177	246.435	332.747
Total Receita Líquida – R\$ mil	121.871	148.029	103.225	152.602	225.096	300.631

A Receita Líquida obtida no ano de 2013 sofreu uma redução de 25,1%, quando comparada ao ano de 2012. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 225MM, sendo que no ano de 2012, este valor fora de R\$ 301MM. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada diretamente ao encerramento das operações de abate e comercialização de carne de aves, da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012. No ano de 2013, nenhuma outra parceira operacional foi formalizada, sendo assim, os volumes de carne de aves são significativamente inferiores aos realizados no ano de 2012.

As despesas com vendas representam 9,0% sobre a receita líquida (em 2012, 11,4%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carnes no Mercado Externo. Essas operações comerciais apresentam custos mais elevados se comparados as operações comerciais dos produtos industrializados, visto que a maioria dos embarques de produtos de carnes são feitos na modalidade CIF e as vendas de industrializados, na modalidade FOB.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2013 em aproximadamente R\$ 2,0 milhões, em relação ao mesmo período de 2012, passando de R\$ 9,4 milhões para R\$ 7,4 milhões, equivalentes a 4,3% e 3,7% respectivamente da receita operacional líquida. Essa redução está principalmente relacionada à adequação da estrutura administrativa à nova realidade operacional da Companhia e de sua Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros

O resultado Operacional consolidado Antes dos Efeitos Financeiros foi de R\$ 8,9 milhões em 2013 e de (-R\$ 226,0 milhões) no ano de 2012. Houve uma geração positiva de resultados na ordem de R\$ 234,9 milhões. Esta melhoria está relacionada, em parte, a melhor gestão dos gastos da Companhia e da Controlada indireta, a melhor performance nas operações de industrializados e a redução dos volumes comercializados nas linhas de carnes de aves. No ano de 2012, foram registrados R\$ 178,7

milhões ao resultado consolidado da Companhia oriundos da exclusão da Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos do REFIS (Lei 11.941/2009).

EBITDA

O EBITDA consolidado da Minupar no ano de 2013 foi de R\$ 20,2 milhões ou 9,0% da receita líquida e R\$ 23,6 milhões negativos ou -7,9% da receita líquida, melhora de 16,9p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. A melhoria de performance está relacionada principalmente a redução do volume de carne de aves pelo encerramento da operação da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrido no final do agosto de 2012, melhores margens na venda dos produtos industrializados nos mercados interno e externo, e redução das despesas administrativas e comerciais, conforme visto nos comentários do desempenho operacional acima.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam um horizonte de crescimento sustentável ao longo do tempo, a manutenção das operações com o mercado externo, a consolidação dos Industrializados no mercado interno, a manutenção de contratos de parceria com a BRF, e o incremento gradual das operações próprias na linha de produtos de carne de aves.

Recursos Humanos

O quadro de funcionários passou de 2.656 em dezembro de 2012 para 2.475 em dezembro de 2013. Essa redução está relacionada a alguns ajustes operacionais ocorridos principalmente no final do ano de 2013 na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS).

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é composto por 710.010.000 ações, representando R\$ 120.108 mil. No transcorrer do ano de 2013, as ações da Companhia estiveram presentes em 245 pregões realizados pela Bovespa, registrando um volume de negociações de 165 milhões de ações, totalizando R\$ 14,9 milhões.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer dos exercícios de 2013 e 2012 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 07 de fevereiro de 2014.

A Administração.

Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”

Lajeado - RS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Minupar Participações S/A. “Companhia” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A. “Companhia” para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Minupar Participações S/A. “Companhia”. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 38.459 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 17); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 25.383 mil. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório

DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

A controlada Companhia Minuano de Alimentos elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, contendo as mesmas ênfases relativas a controlada, com data de 07 de fevereiro de 2014.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 25 de março de 2013, contendo as mesmas ênfases acima mencionadas, e quanto a pendência do deferimento judicial de declaração de cumprimento da concordata preventiva da controlada Frigumz Alimentos S.A., sendo que no exercício de 2013 houve o pronunciamento do tribunal a cerca do encerramento do processo.

Porto Alegre (RS), 07 de fevereiro de 2014.

Vicente Michelin

CRCRS 052365/0-8

Sócio Responsável

MICHELON & PUERARI AUDITORES E CONSULTORES SS

CRC-RS nº 4.626

Anexo III - Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

ATIVO

	<u>NOTAS</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reelaborado)		(Reelaborado)	
CIRCULANTE		16.193	14.756	65.001	85.716
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.5 - 4	1	2	477	345
Clientes	3.6 - 5	-	-	23.853	36.733
Estoques	3.7 - 6	-	-	7.367	14.881
Impostos a Recuperar	3.8 - 7	-	-	8.364	11.345
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	4.028	3.039
Partes Relacionadas	15b	16.192	14.754	16.192	14.754
Outras Contas a Receber		-	-	4.720	4.619
NÃO CIRCULANTE		12.134	11.305	148.191	185.564
Realizável a Longo Prazo		12.134	11.305	31.196	64.321
Partes Relacionadas	15b	12.126	11.298	12.175	11.317
Impostos a Recuperar	3.8 - 7	-	-	15.937	50.242
Depósitos Judiciais	16	8	7	2.446	1.701
Outras Contas a Receber		-	-	638	1.061
Imobilizado	3.11 - 9	-	-	116.818	121.062
Intangível	3.12 - 9	-	-	177	181
TOTAL DO ATIVO		28.327	26.061	213.192	271.280

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>NOTAS</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		<u>(Reelaborado)</u>		<u>(Reelaborado)</u>	
CIRCULANTE		1.456	1.145	354.994	361.569
Fornecedores	11	277	279	17.273	34.849
Instituições Financeiras	3.14 - 10	-	-	10.609	15.275
Impostos, Taxas e Contribuições	13	897	764	303.660	274.592
Salários a Pagar e Provisões	12	282	102	10.408	8.494
Adiantamentos de Clientes	5	-	-	4.140	6.343
Impostos Diferidos	14	-	-	454	454
Faturamento antecipado	5	-	-	1.999	4.106
Títulos descontados	5	-	-	1.416	1.261
Cheques a compensar		-	-	1.179	3.331
Outras Contas a Pagar		-	-	3.856	12.864
NÃO CIRCULANTE		275.787	216.812	107.371	101.801
Instituições Financeiras	3.14 - 10	-	-	9.371	9.701
Impostos, Taxas e Contribuições	13	449	619	15.514	17.198
Provisão para Perdas Investimentos	8	254.415	197.809	-	-
Provisão para Contingências	16	-	-	7.927	8.226
Partes Relacionadas	15b	20.923	18.384	52.904	42.833
Impostos Diferidos	14	-	-	19.801	20.469
Outras Contas a Pagar		-	-	1.854	3.374
PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		(248.916)	(191.896)	(249.173)	(192.090)
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		(248.916)	(191.896)	(248.916)	(191.896)
Capital Social	19a	120.108	120.108	120.108	120.108
Reserva de Reavaliação		3.666	3.666	3.666	3.666
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	19b	39.279	40.763	39.279	40.848
Prejuízos Acumulados		(409.977)	(354.526)	(409.977)	(354.611)
Outros Resultados Abrangentes	19e	(1.992)	(1.907)	(1.992)	(1.907)
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	(257)	(194)
TOTAL DO PASSIVO		28.327	26.061	213.192	271.280

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	<u>NOTAS</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.18 - 25	-	-	225.096	300.631
Custo dos Produtos Vendidos	22 - 25	-	-	(183.242)	(283.460)
LUCRO BRUTO		-	-	41.854	17.171
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(57.528)	(231.256)	(32.951)	(243.234)
De Administração	22 - 25	(953)	(3.476)	(8.331)	(12.877)
De Vendas	22 - 25	-	-	(20.254)	(34.237)
Outras Receitas Operacionais	23 - 25	1	2	2.821	3.869
Outras Despesas Operacionais	23 - 25	(58)	(28)	(7.187)	(199.989)
Resultado da Equivalência Patrimonial	16	(56.518)	(227.754)	-	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(57.528)	(231.256)	8.903	(226.063)
Despesas Financeiras	24 - 25	(627)	(515)	(42.172)	(33.993)
Receitas Financeiras	24 - 25	1.220	780	10.750	13.754
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(56.935)	(230.991)	(22.519)	(246.302)
Contribuição Social Diferida		-	-	(9.240)	3.995
Imposto de Renda Diferido		-	-	(25.232)	11.097
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(56.935)	(230.991)	(56.991)	(231.210)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação dos Acionistas Não Controladores	25	-	-	(56)	(219)
Participação dos Acionistas Controladores	25	-	-	(56.935)	(230.991)
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(56.935)	(230.991)	(56.991)	(231.210)
Prejuízo por ação (Básico e Diluído) - R\$	26b	(0,0802)	(0,3253)	(0,0802)	(0,3253)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S. A. "Companhia"

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo Líquido Do Exercício	(56.935)	(230.991)	(56.935)	(230.991)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	6.891	6.295
Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-	-	(255)	1.073
Equivalência patrimonial	56.518	227.754	-	-
Encargos Financeiros s/Empréstimos	-	-	2.331	3.257
Provisão (Reversão) de Impostos diferidos	-	-	(755)	4.890
Provisão (Reversão) de Débitos decorrentes de parcelamentos	-	-	-	178.720
Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	30	197
Atualização de Passivos Previdenciários Parcelados	-	-	7.733	4.312
Participações de minoritários	-	-	(56)	(219)
Variações nos ativos e passivos				
Variação Clientes	-	-	13.135	(16.459)
Variação Estoques	-	-	7.514	3.852
Variação Adiantamentos a Fornecedores	-	-	(989)	(1.166)
Variação Impostos a Recuperar	-	339	37.286	(13.379)
Variação Outras Contas a Receber	-	-	322	(4.688)
Variação Depósitos Judiciais	(1)	(1)	(745)	(496)
Variação Fornecedores	(2)	278	(17.576)	5.973
Variação Fornecedores de Ativo Fixo	-	-	-	(4.363)
Variação Faturamento Antecipado	-	-	(2.107)	1.598
Variação Impostos, Taxas e Contribuições	(37)	-	19.651	1.481
Variação Salários a Pagar e Provisões	180	(67)	1.913	788
Variação Adiantamentos de Clientes	-	-	(2.203)	1.891
Variação Obrigações a Pagar por Contratos	-	-	-	(4.836)
Variação Provisão para Contingências	-	-	(299)	3.041
Variação Outras Contas a Pagar	-	-	(10.528)	9.450
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(277)	(2.688)	4.358	(49.779)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo investimento	-	(36.190)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(2.673)	(3.559)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	(36.190)	(2.673)	(3.559)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital social	-	36.515	-	36.515
Variação Instituições Financeiras	-	-	(7.327)	(11.278)
Variação Partes Relacionadas	276	2.364	7.772	26.093
Variação Títulos descontados	-	-	155	571
Variação em Cheques a Compensar	-	-	(2.152)	3.331
Variação Saques negociados	-	-	-	(2.102)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	276	38.879	(1.552)	53.130
Variação de caixa e equivalente de caixa	(1)	1	132	(208)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2	1	345	553
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1	2	477	345

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais)

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>RESERVA REAVALIAÇÃO</u>	<u>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXA</u>	<u>PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES</u>	<u>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	83.593	3.666	46.768	(115.485)	(1.849)	16.693	13	16.706
Aumento de Capital								
Por Subscrição	36.515	-	-	-	-	36.515	-	36.515
Variação de participação sobre operações reflexas	-	-	-	-	(58)	(58)	-	(58)
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa	-	-	(691)	691	-	-	-	-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(5.314)	-	-	(5.314)	-	(5.314)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(230.991)	-	(230.991)	(196)	(231.187)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	120.108	3.666	40.763	(345.785)	(1.907)	(183.155)	(183)	(183.338)
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 27)	-	-	-	(8.741)	-	(8.741)	(11)	(8.752)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	120.108	3.666	40.763	(354.526)	(1.907)	(191.896)	(194)	(192.090)
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa	-	-	(1.484)	1.484	(85,00)	(85)	-	(85)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(56.935)	-	(56.935)	(63)	(56.998)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	120.108	3.666	39.279	(409.977)	(1.992)	(248.916)	(257)	(249.173)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITAS	-	-	239.679	320.128
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	238.052	317.332
Outras receitas	-	-	1.386	3.869
Provisão / Reversão para créditos liquidação duvidosa	-	-	241	(1.073)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(418)	(1.989)	(148.568)	(275.184)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(100.309)	(166.532)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(418)	(1.989)	(48.259)	(108.652)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(418)	(1.989)	91.111	44.944
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	(6.891)	(6.295)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(418)	(1.989)	84.220	38.649
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(55.297)	(226.974)	12.183	13.754
Resultado de equivalência patrimonial	(56.518)	(227.754)	-	-
Receitas Financeiras	1.220	780	10.750	13.754
Outras	1	-	1.433	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(55.715)	(228.963)	96.403	52.403
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(55.715)	(228.963)	96.403	52.403
Remuneração do Trabalho	524	1.487	62.891	66.404
Remuneração direta	520	1.483	49.200	49.865
Benefícios	4	4	8.960	12.051
FGTS	-	-	4.731	4.488
Remuneração do Governo	61	-	47.752	183.190
Federais	5	-	41.045	176.579
Estaduais	56	-	6.707	6.611
Remuneração Capitais de Terceiros	635	541	42.752	34.019
Juros	627	515	42.018	33.993
Outros	8	26	734	26
Remuneração de capitais próprias	(56.935)	(230.991)	(56.992)	(231.210)
Prejuízo do exercício	(56.935)	(230.991)	(56.935)	(230.991)
Participações de minoritários	-	-	(57)	(219)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos de integração avícola, abate e processamento de carne de frango, produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com marca própria, “Minuano” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia autorizou, em 29 de janeiro de 2014 a divulgação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Para fins de melhor comparabilidade, foi efetuada no balanço consolidado comparativo, a seguinte reclassificação:

Consolidado

Passivo Circulante

Do Grupo	Para o Grupo	Valor
Fornecedores de Ativo Fixo	Fornecedores	1.968

Em consonância ao divulgado na Nota Explicativa nº 27, a Companhia efetuou a reelaboração de seu balanço patrimonial individual e consolidado para o período comparativo de 31 de dezembro de 2012.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2013, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
Receita bruta de produtos e serviços	136.051	110.384	246.435	177.570	155.177	332.747
(-) Impostos	(12.986)	-	(12.986)	(16.701)	-	(16.701)
(-) Devoluções	(1.194)	(7.159)	(8.353)	(12.840)	(2.575)	(15.415)
Receita líquida de produtos e serviços	121.871	103.225	225.096	148.029	152.602	300.631

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Bancos - conta corrente	1	2
Total	1	2

b) Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	7	5
Bancos - conta corrente	470	340
Total	477	345

NOTA 05 - CLIENTES – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Mercado interno	6.379	12.884
Mercado externo	17.684	25.696
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(210)	(1.847)
Subtotal	23.853	36.733
(-) Faturamentos antecipados	(1.999)	(4.106)
(-) Adiantamentos de clientes	(4.140)	(6.343)
(-) Títulos descontados	(1.416)	(1.261)
Clientes a receber, líquido.	16.298	25.023

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 – ESTOQUES - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Produtos prontos	1.201	3.470
Produtos em elaboração	1.525	3.345
Matérias Primas	922	798
Materiais de embalagem	921	1.463
Materiais de manutenção	990	1.091
Subtotal	5.559	10.167
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	1.808	4.714
Total	7.367	14.881

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR - CONSOLIDADO

Circulante	31/12/2013	31/12/2012
IRRF a recuperar	2	-
IRPJ a recuperar	602	565
CSLL a recuperar	218	203
PIS e COFINS a recuperar	832	1.837
ICMS a recuperar	5.204	7.469
ICMS a recuperar - Imobilizado	1.496	1.191
Crédito de Exportação (Reintegra)	10	80
Total	8.364	11.345

Não Circulante	Ref.	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ s/Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	1.982	27.214
CSLL s/ Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	713	9.954
PIS e COFINS a recuperar		-	107
ICMS a Recuperar - Imobilizado		166	406
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	13.076	12.561
Total		15.937	50.242

a) Crédito Prêmio IPI

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, cujo detalhamento está na Nota Explicativa nº 18.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/12/2012	100.629	102.372	25.157	9.213
(-) Reversão	(100.629)	(102.372)	(25.157)	(9.213)
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Provisão para Contingencias	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/12/2012	8.226	2.057	741
(-) Reversão de Provisões	(298)	(75)	(28)
Saldo em 31/12/2013	7.928	1.982	713

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ sobre prejuízos fiscais	-	25.157
IRPJ sobre diferenças temporárias	1.982	2.057
Total	1.982	27.214

	31/12/2013	31/12/2012
CSLL sobre base negativa	-	9.213
CSLL sobre diferenças temporárias	713	741
Total	713	9.954

Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta, efetuou em 2013 a reversão dos tributos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte “B” dos Livros Fiscais tendo sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Em 31/12/2013 a Companhia é controladora das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2012	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(138.871)	(50.197)	(189.068)
- Ajuste de Exercícios Anteriores Reflexos	(6.412)	(2.329)	(8.741)
Reversão Provisão para Perdas Ajustado	(145.283)	(52.526)	(197.809)
+/- Equivalência Patrimonial	(41.453)	(15.065)	(56.518)
+/- Variação Reflexa sobre variações patrimoniais	(64)	(24)	(88)
+ Provisão para Perdas	186.800	67.615	254.415
Saldo do investimento em 31/12/2013	-	-	-

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível distribuídos da seguinte forma:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2013			31/12/2012 (Reelaborado)
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	33,33%	584	(424)	160	169
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	51.111	(20.777)	30.334	37.173
Moveis e utensílios	8,33%	4.094	(1.567)	2.527	2.889
Veículos	20,00%	662	(358)	304	179
Terrenos	0,00%	21.638	-	21.638	21.657
Prédios	2,50%	77.675	(19.204)	58.471	58.446
Imobilizações em andamento	-	3.379	-	3.379	544
Outros	0,00%	14	(9)	5	5
Subtotal imobilizado		159.157	(42.339)	116.818	121.062
Intangível		295	(118)	177	181
Total		159.452	(42.457)	116.995	121.243

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em 31/12/2012	Ajustes (Nota 27)	Saldo em 31/12/2012 Ajustado	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Computadores e periféricos	514	(345)	169	63	(2)	(147)	77	160
Maquinas e equipamentos	42.775	(5.602)	37.173	935	(16)	(3.684)	(4.074)	30.334
Moveis e utensílios	4.690	(1.801)	2.889	110	(3)	(408)	(61)	2.527
Veículos	383	(204)	179	154	(9)	(108)	88	304
Terrenos	21.656	1	21.657	-	-	-	(19)	21.638
Prédios	59.246	(800)	58.446	130	-	(2.529)	2.424	58.471
Imobilizações em andamento	544	-	544	1.276	-	-	1.559	3.379
Outros	6	(1)	5	-	-	(3)	3	5
Subtotal imobilizado	129.814	(8.752)	121.062	2.668	(30)	(6.879)	(3)	116.818
Intangível	181	-	181	5	-	(12)	3	177
Total	129.995	(8.752)	121.243	2.673	(30)	(6.891)	-	116.995

Não foram identificadas perdas por redução ao valor de recuperação (*impairment*) em 31 de dezembro de 2013.

A depreciação do ativo imobilizado foi distribuída nas seguintes contas:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos produtos e serviços vendidos	6.640	6.104
Despesas administrativas	239	177
Despesas com vendas	12	14
Total	6.891	6.295

Ao final do período há um total de R\$ 206, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	206

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2013	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan/14 a jun/14	3.756	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/14	3.570	-
Bic Banco - Giro		CDI+12,68%aa	jan/14	43	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	427	3.848
Arrendamento Mercantil		-	-	10	36
Banrisul - Consórcio		-	-	15	15
Badesul S/A - Reaver	d)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	2.189	5.472
Limites de Crédito		-	-	599	-
Totais				10.609	9.371

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2012	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jun/13 a ago/13	4.107	-
Banrisul S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	760	-
Banco Daycoval S/A - ACC		USD + 7% a.a.	jun/13	676	-
Banco Sofisa S/A - ACC		USD + 6,5% a.a.	mar/13	925	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/13	3.243	-
Banco Topazio S/A - Giro	b)	CDI+2,15%a.m.	set/13	904	-
Banco Sofisa S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	1.166	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	492	4.427
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	77	26

Banrisul - Consórcio		-	-	15	31
Badesul S/A - Reaver	d)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	1.656	5.217
Limites de Crédito		-	-	1.254	-
Totais				15.275	9.701

Legenda:

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- c) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.
- d)** A operação Reaver (Caixa/RS) possui juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores Nacionais	17.291	35.095
(-) AVP - Fornecedores	(18)	(246)
Total	17.273	34.849

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma taxa média de 0,72% ao mês para 2013 e de 1,92% ao mês para o ano de 2012.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

a) Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Pró-labore a pagar	282	94
Outras obrigações a pagar	-	8
Total	282	102

b) Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de férias/13º Sal	6.013	5.808
Salários / Pró-labore a pagar	3.206	1.584
Rescisões a pagar	5	11
Outras obrigações a pagar	1.184	1.091
Total	10.408	8.494

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Circulante – Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos retidos sobre serviços	327	150
IRRF a recolher	276	400
FGTS a recolher	28	-
INSS a recolher	41	27
Subtotal	672	577
Parcelamento Lei 11.941/2009	141	122
INSS	84	65
Subtotal	225	187
Total	897	764

b) Circulante – Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS a recolher	1.689	1.739
Impostos retidos sobre serviços	1.136	647
IRRF a recolher	515	662
IRPJ/CSLL a Recolher - Antecipação	958	957
FGTS a recolher	436	177
INSS a recolher	29.388	17.113
PIS e COFINS a recolher	2.132	1
Funrural a recolher	82	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.049	942
Outras contribuições a recolher	0	358
Subtotal	37.385	22.596
Parcelamento Lei 11.941/2009	262.548	249.115
ICMS – RS	30	29
ICMS - SP	517	500
ICMS – SC	1.009	839
FGTS	1.024	666
SESI/SENAI	363	336

IPTU	20	42
INSS	764	469
Subtotal	266.275	251.996
Total	303.660	274.592

c) Não Circulante – Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento Lei 11.941/2009	328	448
INSS	121	171
Total	449	619

d) Não Circulante – Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento Lei 11.941/2009	328	448
ICMS – RS	83	111
ICMS - SP	1.929	1.997
ICMS – SC	3.813	4.612
FGTS	7.530	7.994
SESI/SENAI	1.076	847
INSS	755	1.189
Total	15.514	17.198

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

a) Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120
Total	454	454

b) Não Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ diferido s/custo atribuído	14.560	15.051
CSLL diferido s/custo atribuído	5.241	5.418
Total	19.801	20.469

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A Companhia fixou em até R\$ 700 mil reais a remuneração global anual de seus administradores em AGO/E realizada em 26 de abril de 2013. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 600 mil reais a remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2013 conforme AGO realizada em 26 de abril de 2013. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante o exercício de 2013.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	278	278
Diretoria Executiva	40	542

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores em 2013.

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Circulante	31/12/2013	31/12/2012
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	16.189	14.751
Le Monde Particip. e Adm. Ltda	3	3
Subtotal	16.192	14.754
Ativo Não Circulante		
Agostinho Carrer Partic. Ltda	11.608	10.780
SSJ Participações e Represent. Ltda	243	243
Acionistas e Outros	324	294
Subtotal	12.175	11.317
Total	28.367	26.071

Passivo Não Circulante	31/12/2013	31/12/2012
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	16.267	13.775
Le Monde Particip e Adm Ltda	170	0
SSJ Participações e Represent. Ltda	1.695	1.695
Adverstreet	32	70
Serra do Roncador Part. Ltda	27.014	20.218
Acionistas e Outros	7.726	7.075
Total	52.904	42.833

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2013, se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para Contingencia				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 31/12/2012	2.206	5.739	281	8.226	1.390	310	1	1.701
Movimentação (Adições-Baixas)	(299)	-	-	(299)	745	-	-	745
Saldo em 31/12/2013	1.907	5.739	281	7.927	2.135	310	1	2.446

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/09 e MP 470/09. Com a adesão à MP 470/09, a Companhia reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a Companhia o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na companhia e em suas controladas totalizam R\$ 239.929 mil (R\$ 4.097 mil em 31/12/2012), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO

No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R\$ 13.076 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STJ. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da empresa, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a Minuano.

Porém, considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e, pela Lei 11.941/2009.

Durante o ano de 2011 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011, despacho decisório emitido pelo Delegado da Receita Federal de Santa Cruz do Sul, cancelando o Despacho Decisório e os Pareceres emitidos no ano de 2009 que indeferiam o pleito do pedido de Habilitação do Crédito, realizado no ano de 2006. A partir deste momento a Minuano administrativamente retomou a discussão quanto ao reconhecimento deste crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento), não se manifestando quanto ao período para fruição do referido crédito. Com base no posicionamento da Receita Federal do Brasil, a controlada, Companhia Minuano de Alimentos, ingressou com recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 29 de fevereiro de 2012. Diante das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2010, item 35, a Companhia e a controlada consideraram que as compensações já efetuadas serão reconhecidas pelo CARF com base no direito assegurado judicialmente.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, ao final do período, um saldo de R\$ R\$ 13.076 mil (R\$ 12.561 mil em 31 de dezembro de 2012), registrados no ativo circulante e não circulante. A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

Período	Descrição	31/12/2013	31/12/2012
2000	Compensação com Tributos Federais	355	355
2001	Compensação com Tributos Federais	4.863	4.863
2002	Compensação com Tributos Federais	2.883	2.883
2004	Compensação com Tributos Federais	868	868
2005	Compensação com Tributos Federais	2.518	2.518
2006	Compensação com Tributos Federais	3.547	3.547
2007	Compensação com Tributos Federais	3.225	3.225
2008	Compensação com Tributos Federais	2.799	2.799
2009	Compensação com Tributos Federais	607	607
2009	Compensação com INSS	1.112	1.112
2010	Compensação com Tributos Federais	3.879	3.879

2010	Compensação com INSS	14.960	14.960
2011	Compensação com INSS	4.312	4.312
2011	Compensação com Tributos Federais	517	517
	Total	46.445	46.445

NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

a) Medida Provisória nº 470/09

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela Companhia Minuano de Alimentos. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento.

MP 470/09	31/12/2013
Passivo tributário objeto da MP 470/2010	61.896
(-) Reduções da MP 470/2010	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	-

b) Lei nº 11.941/09

A Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foram objeto de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos efetuaram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP

470/2009, sendo que desta consolidação restaram divergências em relação aos saldos registrados na contabilidade.

No quadro abaixo, seguem os montantes de débitos fiscais consolidados à época:

PARCELAMENTO LEI 11.941/2009	Saldos Consolidados
Passivo tributário objeto da Lei 11.941/2009	194.463
(-) Reduções da Lei 11.941/2009	(35.667)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(44.877)
(=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal	113.919

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da controlada (vide nota 17). Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da empresa em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. O valor dos Passivos Tributários consolidados no Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/09 foram pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão por parte da controlada, conforme comentado anteriormente. Porém, tal procedimento não é objeto de reconhecimento por parte da Receita Federal do Brasil, e, em 16 de janeiro de 2013, noticiou a empresa que os débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 foram excluídos de tal modalidade de parcelamento. Tal exclusão está sendo objeto de análise por parte da controlada indireta Companhia Minuano que estará tomando as providências necessárias objetivando a reinclusão no referido parcelamento, bem como também efetivar a discussão na esfera judicial do saldo de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio conforme já comentado anteriormente.

O saldo dos débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 da controlada Companhia Minuano de Alimentos está sendo informado nas Demonstrações Contábeis consolidadas seguindo o preceituado no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que orienta a necessidade de reconhecimento dos passivos no momento em que há uma obrigação presente (no caso os débitos), que seja resultante de um evento passado, os quais há uma expectativa de saída de recursos para o cumprimento da obrigação, e tal obrigação tenha condição de ser mensurada. O total de débitos vinculados ao Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 da controlada,

devidamente atualizado é de R\$ R\$ 262.407 mil. Este saldo está reconhecido na rubrica “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” no Passivo Circulante Consolidado, uma vez que a exclusão se deu por inadimplemento de pagamentos, já que a Receita Federal do Brasil não reconheceu os pagamentos parcialmente realizados pela controlada. Deste débito está deduzido o valor de R\$ 6.208 mil já pagos pela empresa, uma vez que tais valores devem ser deduzidos do saldo de débitos devidos.

Os débitos que foram consolidados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, originalmente foram objeto de compensação com créditos decorrentes do Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio de IPI), cujo detalhamento foi dado na Nota 17. Conforme os Assessores Legais da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, as probabilidades de êxito do recurso especial junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais são elevadas. Tal possibilidade de êxito fez com que a controlada efetuasse cálculos preliminares do valor de crédito decorrente do direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), à alíquota de 15% apurado sobre as exportações ocorridas do período de 1982 a outubro de 1990. O valor bruto apurado, pela Companhia Minuano de Alimentos, com base nos critérios da sentença transitada em julgado é de aproximadamente R\$ 205.174 mil. Considerando que o valor dos débitos objeto do Parcelamento Especial à época da compensação originalmente realizado é de R\$ 94.862 mil, após a decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a Companhia Minuano de Alimentos fará a composição dos saldos junto a Receita Federal do Brasil, o que poderá resultar, no final, em um saldo de créditos ainda a ser utilizados pela mesma.

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 710.010.000 (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei

nº 6.404/76. Em virtude do prejuízo apurado no ano, não serão distribuídos valores a título de dividendos.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indireta), ocorrida no ano.

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Incêndio, Raio e Explosão	38.800	35.000
Vendaval e Granizo	7.050	6.000
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	11.300	9.580
Lucros Cessantes	6.600	7.000
Estoques	1.000	1.000

Em 28/02/2013 foram renovadas todas as apólices de seguro da controlada indireta. No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar

alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 45% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

	31/12/2013		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	77.018	1	-
Materiais de embalagem	9.938	-	-
Salários incorridos	39.957	686	3.290
Encargos sociais incorridos	9.341	189	588
Férias e 13º salário incorrido	4.568	76	302
Benefícios a empregados	8.460	87	220
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.182	16	-
Equipamento de proteção individual	1.037	1	1
Serviços 3º/ Industrialização 3º	5.959	805	1.291
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.269	22	28
Energia elétrica	7.836	-	55
Materiais de limpeza	307	4	39
Telefonia e transmissão de dados	116	112	95
Combustíveis e lubrificantes	2.082	77	59
Comissões sobre vendas	-	605	7
Viagens e estadias	71	54	58
Taxas e encargos legais	268	53	46
Armazenagem e movimentação de mercadorias	29	2.520	-
Fretes rodoviários e marítimos	2.248	11.375	27
Custos aduaneiros de exportação	8	3.239	-
Publicidade e propaganda	2	240	57

Análises laboratoriais	728	-	-
Depreciações	6.640	12	239
Locações/Aluguéis	542	1	21
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	20	-
Seguros	308	1	155
Outros gastos	328	58	1.753
Total	183.242	20.254	8.331

	31/12/2012		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	153.975	-	-
Materiais de embalagem	10.742	-	-
Salários incorridos	32.259	777	4.334
Encargos sociais incorridos	15.056	393	1.093
Férias e 13º salário incorridos	4.074	87	344
Benefícios a empregados	7.574	89	205
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	899	-	112
Equipamento de proteção individual	937	8	2
Serviços 3º/ Industrialização 3º	27.737	1.651	4.955
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.161	38	44
Energia elétrica	8.738	28	87
Materiais de limpeza	600	-	40
Telefonia e transmissão de dados	202	117	136
Combustíveis e lubrificantes	2.186	87	62
Comissões sobre vendas	-	1.311	-
Viagens e estadias	158	159	439
Taxas e encargos legais	422	767	210
Armazenagem e movimentação de mercadorias	17	4.185	-
Fretes rodoviários e marítimos	4.938	20.048	8
Custos aduaneiros de exportação	-	2.696	-
Publicidade e propaganda	2	253	111
Análises laboratoriais	448	10	-
Provisões para contingências/PCLD	-	1.073	-
Honorários sucumbenciais	-	-	64
Depreciações	6.104	14	177
Locações/Aluguéis	1.267	14	21
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	272	-
Seguros	294	4	208
Outros gastos	670	156	225
Total	283.460	34.237	12.877

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Encargos incorridos em passivos fiscais	(1.140)	(3.014)
Despesas gerais incorridas	(5.197)	(1.646)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(40)	-
Reversão de Créditos Tributários	(87)	(2.861)
Encargos Parcelamento FGTS	(723)	(4.312)
Provisão sobre vendas descontinuadas	-	(9.436)
Débitos decorrentes de parcelamentos fiscais	-	(178.720)
Outras Despesas Operacionais	(7.187)	(199.989)
Créditos tributários	1.184	512
Receitas gerais auferidas	1.539	3.343
Receita de venda de imobilizado	53	13
Recuperação de Despesa	45	-
Redução de Passivos Fiscais	-	1
Outras Receitas Operacionais	2.821	3.869
Resultado líquido	(4.366)	(196.120)

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Variações cambiais ativas	8.482	11.969
Descontos financeiros obtidos	445	301
Juros ativos sobre impostos	570	667
Juros ativos sobre operações com partes	1.219	798
Outras receitas financeiras	34	19
Receitas financeiras	10.750	13.754
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.331)	(3.257)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(2.972)	(3.066)
Variações cambiais passivas	(7.667)	(12.363)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(13.413)	(981)
Descontos financeiros concedidos	(1.551)	(839)
Juros incidentes sobre impostos a pagar	(130)	-
Deságios na transferência de créditos tributários	(184)	(18)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(6.499)	(2.846)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(4.048)	(586)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(2.834)	(3.538)
Outras despesas financeiras	(543)	(658)
Perda no recebimento de créditos financeiros	-	(5.841)
Despesas Financeiras	(42.172)	(33.993)

Resultado financeiro líquido

(31.422)

(20.239)

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a)** Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de industrializados de carne;

- b)** Frigorífico – Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	59.302	57.761	187.133	274.986	-	-	246.435	332.747
Impostos e devoluções	(8.534)	(8.465)	(12.805)	(23.651)	-	-	(21.339)	(32.116)
RECEITA LÍQUIDA	50.768	49.296	174.328	251.335	-	-	225.096	300.631
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(39.509)	(44.596)	(143.733)	(238.864)	-	-	(183.242)	(283.460)
LUCRO BRUTO	11.260	4.700	30.594	12.471	-	-	41.854	17.171
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	-	-	-	-	(8.331)	(12.877)	(8.331)	(12.877)
Despesas com vendas	(7.349)	(8.336)	(12.905)	(25.901)	-	-	(20.254)	(34.237)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	2.821	3.869	2.821	3.869
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(7.187)	(199.989)	(7.187)	(199.989)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	3.910	(3.636)	17.690	(13.430)	(12.697)	(208.997)	8.903	(226.063)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(42.172)	(33.993)	(42.172)	(33.993)
Receitas financeiras	-	-	-	-	10.750	13.754	10.750	13.754
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	3.910	(3.636)	17.690	(13.430)	(44.119)	(229.236)	(22.519)	(246.302)
Contribuição Social Diferida	-	-	-	-	(9.240)	3.995	(9.240)	3.995
Imposto de Renda Diferido	-	-	-	-	(25.232)	11.097	(25.232)	11.097
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.910	(3.636)	17.690	(13.430)	(78.591)	(214.144)	(56.991)	(231.210)
Atribuído a Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	(56)	(219)
Atribuído a Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	(56.935)	(230.991)

NOTA 26 - RESULTADOS POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

a) Movimentação do número de ações:

Quantidade de Ações em 31/12/2012	710.010.000
+ Subscrições ocorridas em 2013	-
Quantidade de Ações em 31/12/2013	710.010.000

b) Resultado por ação (em milhares de reais)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por ação.

Quantidade de Ações em 31/12/2013	710.010
Resultado do exercício	(56.991)
Resultado por ação básico e diluído	(0,0802)

NOTA 27 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No segundo trimestre de 2013 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, concluiu a adequação de seus registros contábeis do Ativo Imobilizado aos valores constantes no seu registro patrimonial. Em 2011 a controlada iniciou estes procedimentos de adequação que resultaram no registro de R\$ 8.741 mil, em 2013, no Patrimônio Líquido consolidado (R\$ 8.752 mil, no Patrimônio Líquido da controlada (Nota 09)).

O reconhecimento dos referidos ajustes atende o que preconiza o § 1º artigo 186 da Lei 6.404/76 e suas alterações, tendo em vista estes serem retificações de erros imputáveis a exercícios anteriores, e que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes.

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

A Companhia e suas controladas não possuem conselho fiscal.

Anexo V – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481)

Não se aplica em virtude de Companhia ter registrado prejuízos nos últimos 3 anos.

Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

De acordo com o disposto no art. 9º da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia deve fornecer até um mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Em atendimento a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores conforme item 10 da mesma instrução.

1) Comentário dos Administradores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Receita Líquida obtida no ano de 2013 sofreu uma redução de 25,1%, quando comparada ao ano de 2012. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 225MM, sendo que no ano de 2012, este valor fora de R\$ 301MM. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada diretamente ao encerramento das operações de abate e comercialização de carne de aves, da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012. No ano de 2013, nenhuma outra parceira operacional foi formalizada, sendo assim, os volumes de carne de aves são significativamente inferiores aos realizados no ano de 2012.

As despesas com vendas representam 9,0% sobre a receita líquida (em 2012, 11,4%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carnes no Mercado Externo. Essas operações comerciais apresentam custos mais elevados se comparados as operações comerciais dos produtos industrializados, visto que a maioria dos embarques de produtos de carnes são feitos na modalidade CIF e as vendas de industrializados, na modalidade FOB.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2013 em aproximadamente R\$ 2,0 milhões, em relação ao mesmo período de 2012, passando de R\$ 9,4 milhões para R\$ 7,4 milhões, equivalentes a 4,3% e 3,7% respectivamente da receita operacional líquida. Essa redução está principalmente relacionada à adequação da estrutura administrativa à nova realidade operacional da Companhia e de sua Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) Hipótese de resgate

Não se aplica.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O EBITDA consolidado da Minupar no ano de 2013 foi de R\$ 20,2 milhões ou 9,0% da receita líquida e R\$ 23,6 milhões negativos ou -7,9% da receita líquida, melhora de 16,9p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. A melhoria de performance está relacionada principalmente a redução do volume de carne de aves pelo encerramento da operação da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrido no final do agosto de 2012, melhores margens na venda dos produtos industrializados nos mercados interno e externo, e redução das despesas administrativas e comerciais.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques vinculados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

ACCs e limites de créditos bancários.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme demonstrado no item “ii”.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2013	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan/14 a jun/14	3.756	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/14	3.570	-
Bic Banco - Giro		CDI+12,68%aa	jan/14	43	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	427	3.848
Arrendamento Mercantil		-	-	10	36
Banrisul - Consórcio		-	-	15	15
Badesul S/A - Reaver	d)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	2.189	5.472
Limites de Crédito		-	-	599	-
Totais				10.609	9.371

Legenda:

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- c) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.
- d) A operação Reaver (Caixa/RS) possui juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.2. Comentários dos Administradores

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

a. Resultados das operações do emissor:**i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O faturamento líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 225,1 milhões. Comparado ao ano de 2012, apresentou uma redução de R\$ 75,5 milhões. Essa redução está relacionada principalmente ao encerramento, pela Companhia Minuano, das operações de abate e comercialização de carne de aves junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012.

A Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou ao final do ano de 2013 R\$ 225.096 mil (R\$ 300.631 mil, em 2012) correspondendo a uma redução de 25,13%, quando comparado com 2012. Quando abertas por mercado (Interno e Externo) as vendas no mercado interno totalizaram em 2013 R\$ 121.871 mil (R\$ 148.029 mil, em 2012), correspondente a uma redução de 17,67%, quando comparado com 2012 e ocorreram de forma centralizada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo e vendas spot para os estados de Paraná e Amazonas. Já as vendas para o mercado externo totalizaram em 2013 R\$ 103.225 mil (R\$ 152.602 mil em 2012) representando uma redução de 32,36%, quando comparado com 2012.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nada a comentar

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nada a comentar

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A seguir, segue demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012	2011
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	246.435	332.747	195.440
Lucro Bruto Consolidado	41.854	17.171	12.985
Resultado Operacional Consolidado	8.903	(226.063)	(6.750)
EBITDA Consolidado	(20,2)	(219.768)	(1.552)
Prejuízo por Ação	(0,0802)	(0,3253)	(0,0247)

1.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nada a destacar.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

1.4. Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houveram mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano de 2013.

a.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

a.3 Mudanças em Políticas Contábeis

Não houveram mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano de 2013.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houve ressalvas a serem apresentadas e as ênfases apresentadas são as seguintes:

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 38.459 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 17); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 25.383 mil. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência

do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

1.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Provisões operacionais e outras avaliações similares (quando aplicável);
- 5) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

b) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

d) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

e) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

g) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2013, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

h) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

k) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

l) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

n) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços – Consolidado

A receita é reconhecida:

- (i) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

o) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

p) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

1.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Com base nas melhores práticas, a Companhia, busca manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

As verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não identificaram falhas relevantes que possam comprometer a segurança dos controles internos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não consta no relatório do auditor independente deficiências, tampouco recomendações sobre os controles internos da Companhia.

1.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

1.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

1.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

1.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2013 os investimentos realizados pela Controlada totalizaram R\$ 2.673 mil (R\$ 3.559 mil em 2012). Dentre os principais investimentos, citamos os vinculados a equipamentos para produção de industrializados de frango, melhorias nos processos industriais das demais unidades, e equipamentos para otimização e adequação das Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) das unidades.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos são os fornecedores da Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos.

iii. Dos investimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

1.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a comentar

Anexo VII – Currículo dos Candidatos e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

12.6 – Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar:

Órgão: Conselho de Administração:

Nome	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Chao En Ming	Ernani Catalani Filho
Idade	67	57	50
Profissão	Contador	Médico	Economista
CPF	018.019.450-04	019.210.358-03	046.823.318-09
Cargo eletivo ocupado	Vice-Presidente	Conselheiro	Presidente
Data da Eleição	26.04.2013	26.04.2013	26.04.2013
Data da Posse	08.05.2013	08.05.2013	08.05.2013
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2014	1 ano Até AGO 2014	1 ano Até AGO 2014
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	N/A	N/A	Diretor Presidente
Eleito Pelo Controlador?	N/A	N/A	N/A

12.7 – Não se aplica.

12.8.a – Currículos

1. Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger

Formação Acadêmica:

Bacharel em Ciências Contábeis, com especialização em agroindústria
Participação em cursos e seminários focados na criação e industrialização de aves e suínos.

Histórico Profissional:

Companhia Minuano de Alimentos:

De 01/03/1964 a 01/08/1977 - Auxiliar Administrativo

De 02/08/1977 a 30/04/1997 - Diretor com atuação nas áreas de produção de rações, ovos férteis, pintos de um dia, logística de frota de veículos, suprimentos

De 01/07/2008 a atual - Diretor

De 03/12/1984 a 30/04/1997 - Conselho de Administração

Minupar Participações S/A. (Companhia Aberta)

De 14/07/1990 a 11/08/2006 - Diretor

De 30/04/1997 a 25.08.2011 - Presidente do Conselho de Administração

De 25.08.2011 a atual - Vice Presidente do Conselho de Administração

Frigumz Alimentos S/A.

De 25/03/1994 a 29/11/2007 - Diretor

2. Chao Em Ming**Formação Acadêmica:**

Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté

Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva.

Histórico Profissional:**Minupar Participações S/A. (Companhia aberta)**

De 28/05/2012 a atual - Conselho de Administração

Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários

De 1992 a atual - Diretor Administrativo-Financeiro

3. Ernani Catalani Filho**Formação Acadêmica:**

Graduado em Ciências Econômicas, UNISANTANA 1995

MBA em Gestão Empresarial Estratégica, USP 2006

Relações com Investidores, Saint Paul Escola de Finanças 2010

Cursando Filosofia, Universidade São Judas

Histórico Profissional**Novinvest CTVM – São Paulo (SP)**

Agente Autônomo de Investimento

Período: 2000 a atual

Votorantin CTVM – São Paulo (SP)

Operador de Pregão

Período: 05/1997 a 05/2000

Sogeral CTVM – São Paulo (SP)

Operador de Pregão

Período: 10/1992 a 05/1997

Minupar Participações S/A.

De 25.08.2011 a atual Conselho de Administração

12.8.b – Descrição de qualquer dos seguintes eventos ocorridos durante os últimos 5 anos:

Nome	Condenação criminal	Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas	Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Não	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Chao Em Ming	Não	Não	Não

Ernani Catalani Filho	Não	Não	Não
------------------------------	-----	-----	-----

12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

a. Não existe nenhuma relação entre administradores do emissor referidos nos itens “a” e “b”.

12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Não ocorreu nenhuma das hipóteses dos itens “a” e “b”.

Anexo VIII - Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Remuneração dos Administradores

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 e no § 2º do art. 17 do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Nesse sentido, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2014, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

De acordo com o disposto no art. 12, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, sempre que a Assembleia Geral for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, aprovado na Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, as quais estão descritas a seguir:

a - Práticas de Remuneração

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária e na Lei 6404/76.

Os honorários anuais do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em 13 (treze) parcelas, sendo 2 (duas) pagas no mês de dezembro.

Anualmente, os honorários fixos são reajustados de acordo com parâmetros de inflação e, quando necessário, são procedidos alinhamentos a valores de mercado, baseados em pesquisa específica.

b – Remuneração reconhecida no resultado da Companhia - honorários (em milhares de reais)

Órgão: Conselho de Administração

Anos	2013
Membros	3
R\$	278

Órgão: Diretoria Executiva

Anos	2013
Membros	2
R\$	40

Remuneração prevista para o exercício de 2014

Órgão, Nº de membros e Honorários

Órgão	Membros	Remuneração
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	5	R\$ 700.000,00

c – Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, emitidas pela Companhia ou por sociedades controladas, por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em 31 de dezembro de 2013.

Companhia (Minupar Participações S/A.)
Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	76.604.500
Diretoria Estatutária	0

d – Percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos Controladores

Órgão: Conselho de Administração

Anos	2013
Membros	3
%	33,33

Órgão: Diretoria Estatutária

Anos	2013
Membros	2
%	0,00

e - Valores reconhecidos no resultado de controladas (em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, demonstrado na tabela abaixo, refere-se à remuneração de membros da Diretoria daquela Controlada.

Companhia Minuano de Alimentos

Órgão: Diretoria Executiva

Anos	2013
Membros	2
R\$	502

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores em 2013.